

Indicações

Na Sessão Ordinária de segunda-feira (6) foram apresentadas 11 indicações

De autoria do Vereador **JAMILSON DO HOSPITAL:**

INDICAÇÃO Nº 082/26, que “Indica ao sr. Prefeito Municipal, providências para cascalhamento da estrada municipal rural que liga a SP-270 (Rodovia Raposo Tavares), até o Pesqueiro Esmeralda, na continuação da PGP-190”.

De autoria do Vereador **JUNINHO DO PEG PAG LIMA:**

INDICAÇÃO Nº 083/26, que “Indica ao sr. Prefeito Municipal a instalação de novas lixeiras e/ou contêineres de lixo, preferencialmente de coleta seletiva, no Centro de Convergência Turística (CCT) deste município”.

De autoria do Vereador **LEANDRO MONTEIRO:**

INDICAÇÃO Nº 084/26, que “Indica a inclusão de pares de tênis no kit de uniforme escolar, como medida de proteção e dignidade aos alunos da rede municipal de ensino, especialmente durante o período de inverno”;

INDICAÇÃO Nº 085/26, que “Indica a criação e instituição da Política Municipal de Educação Ambiental Permanente, com diretrizes voltadas à sensibilização da população urbana e rural sobre os impactos das mudanças climáticas e a preservação dos recursos naturais”;

INDICAÇÃO Nº 086/26, que “Indica a adoção de providências para nomear o dispositivo municipal como Centro de Educação Ambiental José Lopes”.

De autoria do Vereador **DOUGLAS KHENAYFIS**

ADVOGADO:

INDICAÇÃO Nº 087/26, que “Indica ao senhor Prefeito Municipal, providências para implementação de vaga especial para CARGA E DESCARGA, nos termos da legislação de trânsito vigente, na avenida Siqueira Campos, entre a Academia e o Supermercado Compre Center, do lado esquerdo da via, no sentido bairro para o centro”;

INDICAÇÃO Nº 088/26, que “Indica ao senhor Prefeito Municipal, providências para implementação de uma faixa elevada para travessia de pedestres na avenida Sete de Setembro, ao lado da igreja São José”;

INDICAÇÃO Nº 089/26, que “Indica ao senhor Prefeito Municipal, providências para implementação de escalas de atendimento em horários diferenciados nas unidades de saúde da rede municipal de saúde”;

INDICAÇÃO Nº 090/26, que “Indica ao senhor Prefeito Municipal, providências para ação conjunta das secretarias municipais para ação de zeladoria, recape, iluminação e reforço e atualização da sinalização viária das principais ruas e avenidas da zona urbana da cidade”;

INDICAÇÃO Nº 091/26, que “Indica ao senhor Prefeito Municipal, providências para reparo dos bloquetes soltos na esquina da rua XV de Novembro com a rua Manílio Gobbi”;

INDICAÇÃO Nº 092/26, que “Indica ao senhor Prefeito Municipal, providências para remanejar o semáforo existente na avenida Sete de Setembro, nas proximidades da Igreja São José, para outro cruzamento de maior fluxo de veículos e pedestres”.

Requerimentos

Vereadores fazem questionamentos ao Prefeito Antian

Na Sessão Ordinária de segunda-feira, 06 de julho, a Câmara de Vereadores aprovou 9 requerimentos.

De autoria do Vereador **DOUGLAS KHENAYFIS**
ADVOGADO:

REQUERIMENTO Nº 197/26, que “Requer informações sobre as providências adotadas pela Administração Municipal em decorrência da Notificação de Alertas emitida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Processo TC nº 3705/989/26”;

REQUERIMENTO Nº 204/26, que “Requer informações detalhadas sobre a qualidade, segurança e regularidade do serviço de transporte escolar municipal, bem como a apuração de reclamações recorrentes dos pais e alunos”;

REQUERIMENTO Nº 205/26, que “Requer informações detalhadas sobre a atual situação da rede municipal de saúde, com foco na carência de profissionais e na falta de medicamentos”;

REQUERIMENTO Nº 206/26, que “Requer informações detalhadas acerca do controle financeiro, gestão orçamentária e dos trâmites legais para suplementação de verbas entre as Secretarias Municipais”.

De autoria da Vereadora **GRACIANE DE MADUREIRA:**

REQUERIMENTO Nº 199/26, que “Requer ao sr. Prefeito Municipal informações sobre as ações desenvolvidas para prevenção e combate aos furtos registrados no município”;

REQUERIMENTO Nº 200/26, que
“Requer ao sr. Prefeito Municipal informações sobre a demora na contratação dos serviços de instalação das portas de vidro do Tanatório Municipal, já adquiridas e armazenadas no local, bem como sobre a paralisação da obra e as providências adotadas diante dos transtornos causados à população em razão do frio intenso”.

De autoria do Vereador **LEANDRO MONTEIRO**:

REQUERIMENTO Nº 201/26, que
“Requer ao Chefe do Executivo Municipal, informações sobre o plano de fiscalização e combate ao descarte irregular de lixo em terrenos baldios e áreas de preservação permanente (APP) no município”;

REQUERIMENTO Nº 202/26, que
“Requer ao Chefe do Executivo Municipal, informações detalhadas sobre a estrutura, recursos humanos e cronograma de atividades do Centro de Educação Ambiental de Paraguaçu Paulista”.

De autoria do Vereador **JUNINHO DO PEG PAG LIMA**:

REQUERIMENTO Nº 203/26, que
“Requer ao sr. Prefeito Municipal informações e cópia integral dos laudos técnicos, vistorias, autorizações e demais documentos referentes à Locomotiva a Vapor Dona Lina e aos carros de passageiros do Trem Turístico Moita Bonita”.



Aprovados

Câmara aprovou vários projetos na última Sessão Ordinária de segunda-feira

Na segunda-feira (06), os vereadores estiveram reunidos para a 31ª Sessão Ordinária desta Legislatura. Na oportunidade, foram aprovados diversos projetos de autoria do Prefeito Antian e um Substitutivo de autoria do vereador Junior Baptista. São eles:

Matérias em 2º turno de discussão e votação:

PROJETO DE LEI Nº 020/26, de autoria do sr. Prefeito Municipal, que “Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2027 e dá outras providências (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2027 - LDO 2027)”;

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 009/26, de autoria do sr. Prefeito Municipal, que “Institui o perímetro urbano do Distrito de Conceição de Monte Alegre”, com a **Emenda Modificativa nº 007/26**, de autoria da CCJR;

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 010/26, de autoria do sr. Prefeito Municipal, que “Institui o perímetro urbano do Distrito de Sapezal”, com a **Emenda Modificativa nº 008/26**, de autoria da CCJR;

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 011/26, de autoria do sr. Prefeito Municipal, que “Institui o perímetro urbano do Distrito de Roseta”, com a **Emenda Modificativa nº 010/26**, de autoria da CCJR;

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 012/26, de autoria do sr. Prefeito Municipal, que “Institui o perímetro urbano da sede do Município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista”, com a **Emenda Modificativa nº 009/26**, de autoria da CCJR;

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 014/26, de autoria do sr. Prefeito Municipal, que “Dispõe sobre o Código Ambiental do Município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista”;

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 018/26, de autoria do sr. Prefeito Municipal, que “Dispõe sobre a Hierarquização do Sistema Viário do Município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista e dá outras providências”;

Matéria em 1º turno de discussão e votação:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 017/26, de autoria do sr. Prefeito Municipal, que “Dispõe sobre as normas que regulam as medidas de polícia administrativa no âmbito do Município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista e dá outras providências (Código de Posturas do Município)”;

Matérias em discussão e votação únicas:

SUBSTITUTIVO Nº 001/26 ao Projeto de Lei nº 013/26, de autoria do Vereador José Roberto Baptista Junior, que “Dispõe sobre a vedação de participação em licitações e contratação, pelo Município de Paraguaçu Paulista, de empresas que tenham abandonado obras, descumprido contratos administrativos ou causado prejuízos à Administração Pública Municipal, estende a vedação aos seus sócios proprietários, e dá outras providências”;

PROJETO DE LEI Nº 029/26, de autoria do sr. Prefeito Municipal, que *"Dispõe sobre autorização para abertura de crédito especial de R\$ 438.187,77, ao Orçamento Programa 2026, destinado à Secretaria Municipal de Assistência Social, para atendimento de atividade e pagamentos de despesas relacionadas, conforme específica"*;

PROJETO DE LEI Nº 030/26, de autoria do sr. Prefeito Municipal, que *"Dispõe sobre autorização para abertura de crédito especial de R\$ 1.150.000,00 (um milhão cento e cinquenta mil reais), ao Orçamento Programa 2026, destinado à Secretaria Municipal de Saúde, para atendimento de atividade e pagamentos de despesas relacionadas, conforme específica"*.



CEI finaliza trabalhos na Câmara

Relatório Final da Comissão Especial de Inquérito foi apresentado na última Sessão

Na Sessão Ordinária de segunda-feira, 6 de julho, foi lida a conclusão do Relatório Final da Comissão Especial de Inquérito (CEI) instaurada em abril de 2026, com o propósito de apurar possíveis falhas na prestação do serviço de coleta de lixo no município.

O requerimento solicitando a instauração da CEI foi de autoria do vereador Júnior Baptista, com assinatura de apoio dos vereadores Amauri Mecânico, Daniel Faustino, Graciane de Madureira, Leandro Monteiro, Otacílio Amorim, Paulo Japonês, Ricardo Rio e Vanes Generoso.

A CEI, mediante sorteio, ficou composta pelos vereadores Júnior Baptista como Presidente, Amauri Mecânico secretário e Douglas Advogado na função de relator; os vereadores Otacílio Amorim e Daniel Faustino foram membros. As funções foram definidas pelos sorteados, em comum acordo.

Fatos apurados e conclusões

Durante o processo, a CEI fez levantamento de dados, pesquisas, e ouviu algumas testemunhas envolvidas no caso. Ao final foi elaborado pelo relator, vereador Douglas, o Relatório Final, aprovado e assinado por todos os membros da CEI.

Não obstante as deficiências de ordem técnica, logística e mecânica apontadas ao longo da instrução, em especial o manifesto desgaste da frota municipal, as falhas de comunicação interna e a necessidade premente de readequação do quadro funcional, a Comissão constatou a ausência de provas robustas de dolo, improbidade administrativa ou omissão deliberada por parte do Chefe do Poder Executivo ou do secretário da pasta.

Assim, a Comissão Especial de Inquérito encerra a instrução emitindo as seguintes determinações e advertência ao Chefe do Poder Executivo e aos gestores da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Projetos Especiais:

1. Cessação Imediata de Riscos Sanitários e Operacionais: *Determina-se a imediata retirada de circulação do caminhão coletor que apresenta perfuração na prensa compactadora, proibindo o vazamento de chorume em vias públicas, bem como a auditoria mecânica completa em toda a frota para extinguir reparos improvisados ("gambiarras") e freios desregulados;*

2. Reorganização Logística e de Pessoal: *Determina-se a reavaliação do plano de horas extras e o redimensionamento das equipes de campo, garantindo o teto mínimo seguro de coletores por caminhão para evitar a exaustão humana extrema e o consequente amontoamento de lixo nas esquinas;*

3. Cumprimento Fiel da Legislação e Regularização de Conflitos: *Exige-se o cumprimento rigoroso dos cronogramas de coleta em todos os bairros periféricos e centrais afetados, mitigando riscos à saúde pública, além do estabelecimento de canais de diálogo transparentes e impessoais com os servidores da coleta, extinguindo práticas de perseguição ou isolamento corporativo.*

A pedido da Comissão será remetida cópia de inteiro teor deste Relatório, com as recomendações e advertências, às seguintes autoridades, para conhecimento e providências que julgarem necessárias: ao senhor Prefeito, senhor Secretário do Meio Ambiente e ao representante do Ministério Público da Comarca. Também será feita a publicação das conclusões do relatório junto ao Diário Oficial Eletrônico do Município.

Comissão de Inquérito é aberta na Câmara

Objetivo é apurar possíveis falhas na execução de obra municipal

Foi instaurada na noite de segunda-feira (06), em Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores, uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) para apuração de possíveis irregularidades na execução de obra municipal, objeto do Contrato nº 040/2024 - Concorrência nº 05/2024, firmado entre o Município e a Construtora HV Ltda. EPP, para a execução de melhorias na drenagem das Ruas Expedicionários, Vereador Antônio Nascimento Neto e Lúcia Gabrinha.

O requerimento solicitando a instauração da CEI tem autoria do vereador Amauri Mecânico, com assinatura de apoio dos vereadores Douglas Khenayfis Advogado, Jamilson do Hospital, Leandro Monteiro e Otacílio Amorim.

A instauração da Comissão Especial de Inquérito fundamenta-se em elementos extraídos dos Requerimentos de Sessão nº 222/2025, de 30 de maio de 2025, e nº 345/2025, de 11 de setembro de 2025, ambos de autoria do vereador Amauri Mecânico, bem como das respectivas respostas encaminhadas pelo Poder Executivo, as quais revelam inconsistências e suscitam dúvidas relevantes acerca da regularidade da execução da obra pública em questão.

De acordo com a justificativa do Requerimento, após o recebimento das respostas aos requerimentos mencionados, o vereador Amauri, por intermédio da Presidência da Câmara Municipal, encaminhou ofício ao Poder Executivo apontando que diversos questionamentos permaneceram sem o devido esclarecimento. Na mesma oportunidade, reiterou e especificou os pontos que ainda demandavam resposta.

Em atendimento à solicitação complementar, a Prefeitura Municipal encaminhou novas informações em dezembro de 2025, por meio do Ofício nº 963/2025 GAP. Segundo o vereador Amauri, mesmo após a complementação apresentada, persistem inconsistências, lacunas informativas e circunstâncias que justificam a apuração dos fatos pelo Poder Legislativo, mediante a instauração de Comissão Especial de Inquérito, nos termos de suas atribuições constitucionais e legais de fiscalização e controle da Administração Pública.

Após a leitura do Requerimento, foi formada uma Comissão, sendo que o autor automaticamente faz parte, e os outros 4 membros foram escolhidos mediante sorteio. Assim, a CEI ficou formada pelos vereadores Amauri Mecânico como presidente, Leandro Monteiro como relator, Graciane de Madureira como secretária, e Paulo Japonês e Ricardo Rio como membros.

A Comissão Especial de Inquérito terá por finalidade apurar possível incompatibilidade entre a obra efetivamente executada e o projeto arquitetônico aprovado; e eventual utilização de máquinas, equipamentos, materiais ou servidores públicos municipais na execução da obra.

A CEI tem 90 dias para elaborar um relatório, que será levado ao Plenário e apresentado aos vereadores. Nos próximos dias, os vereadores integrantes da Comissão devem se reunir para dar início aos trabalhos.



Leonardo Volcean
Assessoria de Imprensa da Câmara